

RELATÓRIO SEMANAL

Período de 7 a 11 de novembro

- Governança setorial reafirma importância da abertura do mercado em evento de lançamento de estudo da Abraceel/EY
- Grupo Técnico fecha contribuição da Abraceel sobre governança na formação de preços
- PÁG 7 Coquetel Anual de confraternização da Abraceel será dia 08.12 em SP
- PÁG 8 Abraceel na Mídia
- PÁG 11 Curtas
- PÁG 15 E o Congresso?
- PÁG 18 Próxima Semana
 - Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Governança setorial reafirma importância da abertura do mercado em evento de lançamento de estudo da Abraceel/EY

Matéria em 1 minuto:

- Marcelo Guaranys (Ministério da Economia) ressalta importância do estudo apresentado para dar continuidade à pauta da abertura com robustez técnica e segurança jurídica;
- Hailton Madureira (Ministério de Minas e Energia) disse que abertura do mercado combina com modernização setorial e que "o mais importante é ter um cronograma e, nesse tempo, encaminhar as soluções";
- Júlio Ferraz (Aneel) adianta que a agência reguladora está se preparando para endereçar soluções normativas sobre temas relevantes da abertura, como o comercializador varejista.











A Abraceel realizou evento para a governança e líderes do setor elétrico com o objetivo de apresentar o estudo realizado pela EY que analisa os cenários possíveis para a abertura organizada do setor elétrico brasileiro. O encontro, ocorrido no dia 07.11, em Brasília, contou com mais de cem pessoas, incluindo Marcelo Guaranys e Hailton Madureira, respectivamente secretários executivos dos ministérios da Economia e de Minas e Energia, além de Júlio Ferraz, superintendente de Regulação Econômica e Estudos de Mercado da Aneel.

Após apresentação de Diogo Mac Cord, sócio líder de infraestrutura da EY e coordenador do estudo, houve um talk show, moderado pelo presidente executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, que contou também com a presença de Ricardo Lisboa, presidente do Conselho de Administração da Associação.

As autoridades presentes manifestaram concordância e apoio à agenda da abertura do mercado de energia elétrica no Brasil, frisando a importância de contar com análises e estudos como o apresentado na ocasião, que mostra caminhos para que o processo de liberalização setorial avance com segurança jurídica, equilíbrio e respeito aos contratos.

Marcelo Guaranys apresentou um balanço das atividades do Ministério da Economia no atual governo, com ações para melhorar a eficiência do gasto público e reduzir o fardo regulatório no ambiente de negócios. Ele exemplificou que a abertura do mercado de energia se encaixa nessa agenda porque é uma discussão sobre maior produtividade, competitividade, liberdade e segurança jurídica nos investimentos.

"É isso o que viemos fazer aqui mais uma vez hoje. Fazer a discussão da continuidade da abertura do mercado de energia, gerando mais escolha para o cidadão, com segurança jurídica. É importante que seja discutido com a população", disse Guaranys, realçando que estudos como o que foi apresentado pela Abraceel e EY são importantes para não deixarem a ideologia travar os avanços que precisam ocorrer.

Já o Hailton Madureira afirmou que é necessário colocar o consumidor no centro dos interesses do setor elétrico e essa diretriz tem pontuado as ações da pasta, como mostram as duas consultas públicas instauradas para dar liberdade de escolha aos consumidores - primeiro, para os de alta tensão; agora, para os de baixa tensão.

"Tudo isso combina com a modernização do setor elétrico", apontou, lembrando que o governo federal tem ciência que alguns temas precisam de regulamentação, como o supridor de última instância, comercializador varejista e mecanismos de gestão de portfólio. "Entretanto, o mais importante é ter um cronograma e, nesse tempo, encaminhar as soluções", disse Madureira.

Júlio Ferraz, em seguida, apontou que, a partir da retomada do processo de abertura, a Aneel tem avaliado o que precisa ser aprimorado ou regulamentado, a exemplo das regras do comercializador varejista, assunto que o regulador já tem bastante conhecimento para endereçar soluções normativas. Outros temas que constam na lista da Aneel são o estabelecimento de critérios mínimos para medidores inteligentes e supridor de última instância.

Por sua vez, Ricardo Lisboa explicou que o mercado está preparado para levar os benefícios do mercado livre de energia para novos consumidores, mas vários desafios terão de ser superados, como a ampliação dos investimentos em digitalização dos processos, a

oferta de novos serviços e campanhas de comunicação em massa para informar e educar os consumidores. "Sabemos que estamos prontos para a maioria deles (desafios) e vamos investir para resolver os outros", disse.

Lisboa lembrou que, quando o mercado de energia se transformar em um ambiente de varejo, o acesso ao cliente tende a ser completamente diferente, com processos padronizados e digitais, e que as empresas terão de estar preparadas para oferecer não somente economia de gastos, mas também serviços que atendam demandas dos futuros consumidores livres.

Estudo mostra benefícios e ausência de sobrecontratação

A abertura completa do mercado de energia elétrica em janeiro de 2026 pode resultar numa economia de 18% na conta de luz. Isso levaria a um aumento de 0,7% da renda disponível, liberando mais de R\$ 20 bilhões para compras de bens e serviços. O impacto econômico da abertura é um dos capítulos do estudo da EY contratado pela Abraceel para avaliar os cenários possíveis para a abertura organizada do setor elétrico.

O estudo mostra que o risco de sobrecontratação das distribuidoras em consequência da migração de consumidores do mercado regulado para o livre não será problema caso o poder público decida conceder o direito de escolha a todos os consumidores em janeiro de 2026. O trabalho identifica que, mesmo em um cenário bastante agressivo de migração e menos otimista de crescimento da carga, a abertura do mercado em 2026 não deve onerar o consumidor com novo encargo derivado da sobrecontratação das distribuidoras.

A razão está nos mecanismos de gestão novos e existentes, capazes de reduzir o estoque de contratos de energia na hipótese de surgirem momentos de sobrecontratação, tema que é foco do estudo. O trabalho identifica que há mecanismos regulatórios suficientes para as distribuidoras fazerem a gestão dos contratos excedentes de energia. A sugestão, não obstante, é que sejam aprimorados, de forma a aumentar a flexibilidade das distribuidoras na gestão contratual, eliminando a possibilidade de sobra de energia e de custos desnecessários.

Além disso, se mesmo assim surgirem momentos de sobras de energia, o estudo propõe uso de cinco novos meios para reduzir estoque de contratos de energia do ambiente regulado, com capacidade de gerar redução de preço médio para consumidores regulados.

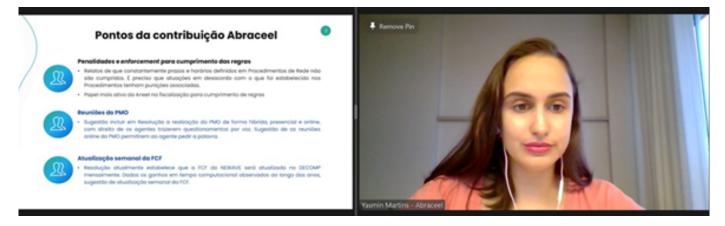
Ademais, mesmo na possibilidade remota de ocorrer uma quantidade excedente de energia contratada, isso não configura necessariamente um problema para as empresas de distribuição, pois a sobrecontratação involuntária em decorrência da opção de seus consumidores pelo regime de micro e mini geração distribuídas (MMGD) enseja compensação nos reajustes tarifários periódicos das empresas, conforme a Lei 14.300/2022.

Grupo Técnico fecha contribuição da Abraceel sobre governança na formação de preços

Matéria em 1 minuto:

- Segunda reunião do Grupo Técnico sobre a CP 43/2022 chega a consenso sobre temas relevantes, como qual o rol de usinas considerar na regra de antecedência de um mês:
- Abraceel é contra qualquer diferenciação de usinas para fins de formação de preços e irá defender que alterações em restrições hidráulicas de todas as usinas sejam consideradas na regra de antecedência;
- Versão final da contribuição será encaminhada à Aneel no dia 14.11.





No dia 10.11, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a Consulta Pública 43/2022 da Aneel, sobre a revisão da REN 1032/22 (antiga 843/19), que estabelece critérios e procedimentos para elaboração do PMO e para a formação do PLD. O objetivo foi discutir os principais pontos da minuta de contribuição da Abraceel, bem como as sugestões recebidas dos associados.

O primeiro ponto em discussão foi robustecer a estrutura e governança do Comitê Técnico PMO-PLD, já que a proposta da Aneel atribui diversas responsabilidades ao CT. Os representantes das associadas sugeriram que sejam divulgadas antecipadamente as datas e pautas das reuniões de todos os Grupos de Trabalho e Comissões do CT, bem como sejam rapidamente publicadas as atas após as reuniões.

As associadas reforçaram que é preciso ter regras claras em que a informação esteja completa, com as datas iniciais e finais e valores envolvidos, sem incertezas quanto a

nenhum aspecto. Também foi sugerido que desde o princípio das discussões de uma alteração de dados que impacte na formação de preços, seja divulgado qual rito será seguido, por mais redundante que a definição possa parecer.

Sobre a regra de antecedência de um mês, na qual a Aneel propõe atualização de restrição hidráulica de usinas tipo U1 e U2, os representantes das associadas consideraram mais importante defender que a regra de antecedência seja aplicada para todas as usinas, não apenas para um subconjunto específico. Ou seja, a Abraceel se manifestará contra qualquer critério de diferenciação de usinas para fins de formação de preços, para não ampliar a distribuição já desigual de poder de mercado e não trazer complexidade na aplicação da regra. Foi argumentado que utilizar um critério para fim estranho ao original pode contaminar as discussões futuras sobre reclassificação de usinas.

A Abraceel ainda irá reforçar a importância de garantir que as informações utilizadas no PMO sejam rastreáveis e os processos do ONS reprodutíveis. Nesse aspecto, destaca-se principalmente a previsão de carga, a chuva observada e previsão de geração eólica. Foi sugerida participação mais ativa dos agentes no processo de previsão de carga, em semelhança ao Boletim Focus do Banco Central, no qual os agentes declaram suas projeções e avaliam-se quais possuem maior assertividade. Ainda, é preciso que as explicações dos desvios dos dados de entrada em relação ao observado sejam mais transparentes, com a criação de um fórum onde o ONS possa explicar tecnicamente os desvios.

Os presentes decidiram não incluir a sugestão de que a função de custo futuro do Newave seja atualizada semanalmente no Decomp, tampouco aprimoramentos na projeção de CVUs. Esse último foi pontuado como um tema muito relevante, dado o descolamento consistente entre o CVU conjuntural e estrutural, porém argumentou-se que esta CP não seria o fórum ideal para trazer esse assunto.

A versão final da contribuição da Abraceel foi enviada ao Grupo Técnico e será encaminhada para a Aneel em 14.11. Na sequência, a Abraceel irá solicitar reunião com a SRG para apresentar sua contribuição. A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel.

Coquetel Anual de confraternização da Abraceel será dia 08.12 em SP

Matéria em 1 minuto:

- E-mail foi enviado para representantes das empresas associadas convidando-as para o encontro, que será realizado no dia 08.12, a partir de 19h, na Villa Bisutti Casa do Ator, localizada na Rua Casa do Ator, 642, Vila Olímpia, São Paulo (SP);
- Pedimos que a presença seja confirmada até 25.11 pelo e-mail abraceel@abraceel.com.br;
- Por questão de limitação do espaço, cada associada poderá indicar até dois nomes, que estarão automaticamente confirmados. Nomes suplementares poderão ser indicados e entrarão em uma lista de espera para posterior confirmação.







ABRACEEL NA MÍDIA



MERCADO LIVRE DE ENERGIA ATRAI GRANDES CORPORAÇÕES

l Valor Econômico

Acesse a matéria clicando aqui.



MUDANÇA CRIA OPORTUNIDADES, MAS DISTRIBUIDORAS ALERTAM PARA CUSTOS

l Valor Econômico

Acesse a matéria clicando aqui.



MME DEVE DECIDIR EM 30 DIAS SOBRE ABERTURA TOTAL DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA, INDICA SECRETÁRIO

broadcast

Acesse a matéria clicando aqui.



MME DECIDE ESSE MÊS SOBRE ABERTURA DO MERCADO PARA BAIXA TENSÃO

I Canal Energia

Acesse a matéria clicando aqui.



ABRACEEL NA MÍDIA



GOVERNO DECIDIRÁ SOBRE ABERTURA DO MERCADO DE ENERGIA EM 30 DIAS

l Poder 360

Acesse a matéria clicando aqui.



CONTA DE LUZ CAI 18% COM MERCADO LIVRE, DIZ ABRACEEL

l Valor Econômico

Acesse a matéria clicando aqui.



MERCADO APOIA ABERTURA NA ENERGIA

I Valor Econômico

<u>Acesse a matéria clicando aqui.</u>



ABERTURA TOTAL DO ACL TERIA REDUZIDO CUSTO DA CONTRATAÇÃO DE ENERGIA EM R\$ 6 BILHÕES, APONTA ESTUDO

I Mega What

Acesse a matéria clicando aqui.



ABRACEEL NA MÍDIA



ABERTURA DO MERCADO DE ENERGIA NÃO DEVE ONERAR CONSUMIDOR COM NOVO ENCARGO, DIZ ESTUDO

I UOL Economia

Acesse a matéria clicando aqui.



AVANÇO DA ABERTURA DE MERCADO PODE REDUZIR CONTA DE LUZ EM 18%

I Canal Energia

Acesse a matéria clicando aqui.



COMERCIALIZAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS NO MERCADO LIVRE BATE RECORDE

I Canal Energia

Acesse a matéria clicando aqui.



No Rio Innovation Week, mais de mil pessoas conhecem benefícios do mercado livre de energia

No dia 10.11, o Presidente-Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, apresentou as características e os benefícios do mercado livre de energia no Rio Innovation Week, evento de três dias realizado no Rio de Janeiro, que contou com palestras de Bruce Dickinson, um dos líderes do Iron Maiden, e de Spike Lee, cineasta. A sessão, que ocorreu na plenária do evento, contou com mais de mil pessoas na plateia, formada majoritariamente por jovens de fora do setor elétrico interessados em tecnologia e inovação. O Rio Innovation Week é um festival de informação e conhecimento para mais de 10 mil pessoas, com 27 conferências, 700 palestrantes, presença de mais de 2.000 startups e 200 expositores em quatro dias. Para mais detalhes, acesse o site. A apresentação da Abraceel está disponível na área do associado.



Aneel define regra de repasse tarifário de produtos do MVE

No dia 08.11, a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a REN 1.046/2022, que estabelece metodologia de repasse tarifário dos produtos mensais e plurianuais do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE). Pela decisão, o repasse para os produtos plurianuais seguirá a mesma metodologia dos produtos anuais definida na REN 955/2021, em que a transação do MVE é alocada prioritariamente à parcela de sobrecontratação voluntária anual da distribuidora. Para os produtos mensais, deverá ser observada a metodologia estabelecida na mesma REN para produtos trimestrais e semestrais, onde a transação do MVE é alocada conforme distribuição mensal das sobrecontratações voluntárias e involuntárias. A Abraceel contribuiu para a CP Aneel 72/2021 ressaltando a importância da definição célere do tema, pois o processamento desses produtos é medida aguardada pelos agentes para ampliar as possibilidades de negócios e prover maior liquidez ao mercado. A Resolução 1.046/2022 e a contribuição Abraceel enviada à CP 72/2021 estão disponíveis no site da Abraceel, seção "Contribuições e Notas Técnicas".

Novos critérios de autorização de comercialização: Abraceel contribui com PdCs

A Abraceel enviou no dia 11.11 contribuição à Tomada de Subsídios 19/2022 da Aneel, sobre as adequações dos Procedimentos de Comercialização aos novos critérios de autorização de comercializadores. Na

contribuição, a Associação pleiteia que a classificação de comercializadores em tipo 1 e tipo 2 seja revista, de forma a incorporar resultados maduros do monitoramento do mercado. Além disso, é defendido que a comprovação de capital social ou patrimônio líquido não seja realizada individualmente por matriz e filial do comercializador, sendo fundamental ter a visão do grupo econômico para essa comprovação. A Abraceel solicita também que sejam detalhadas todas as etapas do processo de desligamento do consumidor varejista inadimplente e, por fim, apoia a assinatura digital de todos os documentos gerados eletronicamente via sistema específico da CCEE para simplificar o processo de operacionalização dos agentes. A contribuição pode ser lida na íntegra no site da Associação, assim como a versão com controle de alterações em relação à versão inicial.

Associações solicitam à ANP memória de cálculo das tarifas de transporte de gás

No dia 04.11, a Abraceel, Abrace, Abpip e o IBP, representado pela Abep, solicitaram à ANP que os documentos e informações que sustentam a memória de cálculo das tarifas dos contratos legados junto à Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e à Transportadora Associada de Gás (TAG) sejam tornados públicos com a maior celeridade possível. O pedido foi feito em função da necessidade de prover tempo hábil para todos os agentes do setor poderem analisar tais documentos a fim de contribuir na discussão técnica acerca dos valores adequados à Base Re-

gulatória de Ativos (BRA) no âmbito das renovações desses contratos, tendo em vista a regulação vigente do tema. A carta enviada está disponível na área no <u>site da Abraceel</u>.

Abraceel contribui com o mercado de gás cearense

No dia 08.11 a Abraceel enviou contribuicão à Audiência Pública 12/2022 da Arce, que aborda o mercado livre de gás no Estado. A Associação, ao lado das principais entidades ligadas ao ramo de gás natural, defende que a audiência pública seja suspensa em razão de a Lei 17.897/2022 do Estado do Ceará conter instruções contrárias à Lei Federal 14.134/2021, pois seria necessário harmonizar as legislações estadual e federal antes de regulamentar o assunto no estado. A Abraceel também pleiteou, como vem fazendo em todas as contribuições a audiências públicas realizadas em outros estados, que a fiscalização da atividade de comercialização de gás natural não seja atribuição do regulador estadual, mas sim da ANP, como defende o Pacto Nacional. Além disso, a Abraceel sugere que seja incluída a figura do consumidor parcialmente livre, de forma a conferir maior segurança ao mercado de gás nesse momento de transição rumo a um mercado competitivo. A contribuição pode ser lida na íntegra aqui.



Brasília, 08 de novembro de 2022.

Contribuição da Abraceel à Audiência Pública 12/22 da ARCE Mercado Livre de Gás no Ceará

Resumo

TAG disponibiliza cronograma para oferta de transporte de "gás firme"

A TAG disponibilizou cronograma, em processo de aprovação por parte da ANP, para oferta dos contratos anuais de transporte de gás natural em base firme, na modalidade de serviço extraordinário, com início de prestação do serviço a partir de 01 de janeiro de 2023. Esse processo de oferta dos contratos anuais de transporte para 2023 será realizado no período de 16/11/2022 a 15/12/2022. As datas estão sujeitas à validação da agência reguladora e serão posteriormente divulgadas no site da TAG. Os interessados precisam cumprir previamente algumas etapas, como cadastro e habilitação na TAG por meio do Portal de Oferta de Capacidade (POC), consultar e conhecer as minutas dos contratos e solicitar e assinar o contrato vigente na TAG para 2023. A empresa informa ainda a importância de atentar para os prazos, solicitar capacidade, providenciar as garantias e assinar o contrato de transporte.

Etapas	Início	Fim
Cadastramento, Habilitação, Celebração Master e Solicitação de Capacidade	16/11/2022	25/11/2022
Alocação das Capacidades pela TAG	28/11/2022	30/11/2022
Apresentação, Análise e Aprovação das Garantias Financeiras	01/12/2022	09/12/2022
Celebração/Assinaturas dos Contratos	12/12/2022	15/12/2022
Vigência do Contrato de Transporte	01/01/2023	31/12/2023

ANP aprova processo para contratação de capacidade da TBG

Em importante ato, a ANP aprovou as minutas do edital e do contrato de serviço de transporte da chamada pública 04/2022, cujo objetivo é contratar capacidade de transporte no Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) no período de 2023 a 2027. A chamada pública será realizada de forma indireta pela TBG, mas supervi-

sionada pela agência reguladora. O edital aprovado traz uma nova versão do cronograma que permite que a chamada pública possa ser concluída em 2022.

Inscrições abertas para o Fórum Brasileiro de Gás Natural



O 6° Fórum Brasileiro do Gás Natural ocorrerá nos dias 28, 29 e 30 de novembro, das 17h30 às 19h, de forma online em plataforma própria. O evento, promovido pela Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (ASPACER), contará com três painéis que vão discutir o tema central: "Os desafios que precisam ser superados para que o gás seja fator determinante ao desenvolvimento econômico e social do Brasil". As inscrições já estão abertas, são gratuitas e limitadas, acesse clicando aqui.

Abraceel discute o mercado internacional de gás natural com a Petrobras

No dia 08.11 a Abraceel se reuniu com representantes da associada Petrobras, que apresentaram a visão da empresa sobre o mercado internacional de gás natural. Na ocasião, a empresa explicou os motivos que fazem com que a crise de gás na Europa tenha efeitos nos mercados do mundo inteiro. Um deles é o fato de a Europa equilibrar os balanços mundiais de GNL

por meio da importação em grandes volumes do produto em momentos de excesso no mercado e da utilização de seu próprio estoque e liberação desses volumes em períodos de escassez. Diante desse cenário, o consultor sênior da empresa, Rafael Pertusier, afirmou que a crise energética pela qual a Europa passa hoje resultará em projeções com grandes incertezas sendo crucial, para amenizar períodos de alta de preços, a entrada de novas capacidades de exportação de GNL. Agradecemos a associada Petrobras pela rica apresentação.



Black Friday antecipada com desconto em cursos do setor elétrico



A escola Head Energia lançou descontos para alunos que comprarem cursos até 25.11. São 8 cursos assíncronos com acesso ilimitado por seis meses, cada um por R\$ 1.605,00, considerando os descontos que podem ser obtidos com o cupom HEAD2022. Os cursos abordam desde distribuição e transmissão, até metodo-

logias para formação de preço, regras de comercialização no ACL e processo legislativo aplicado ao setor elétrico. Para mais informações, clique aqui.

Abraceel realiza reunião com Pezco Economics

A Abraceel realizou reunião com dirigentes da Pezco Economics no dia 14.11 para avaliar o cenário do mercado de energia e possibilidades de atuação conjunta. Participaram do encontro Frederico Turolla, sócio principal e fundador da consultoria, além de Gabriel Fiuza, sócio sênior e CEO. A apresentação está disponível aqui.



RAD Energia no Mercado completa um ano

A RAD Energia no Mercado, empresa do conselheiro independente da Abraceel Reginaldo Medeiros, completou um ano de atividade. Para celebrar a ocasião, realizou uma confraternização no dia 07.11, em Brasília, evento que contou com a presença da diretoria da Abraceel, entre outros convidados, incluindo o deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ). Desejamos vida longa para a RAD Energia no Mercado.





PL 414

A Agência Infra divulgou ontem (10.11) <u>versão extraoficial do relatório do PL 414/2021</u>, "que teria sido elaborada pelo Ministério de Minas e Energia". O relator, deputado Fernando Filho, está de férias, com retorno previsto para a próxima semana.

No entanto, há pouca perspectiva de deliberações na próxima semana: o feriado na terça (15.11) é um dos motivos. Por outro lado, na semana do dia 21.11, há expectativa para deliberação da matéria, segundo o entendimento de parlamentares ouvidos pela Abraceel. Com o início da Copa do Mundo, governo de transição e fim do mandato de diversos parlamentares, é possível que alguns temas avancem mais rapidamente na Câmara dos Deputados.

Lembramos que o PL 414 está em comissão especial e, regimentalmente, não precisaria ser deliberado em Plenário. Apenas a deliberação na comissão seria suficiente. Entretanto, havendo requerimento de urgência, a matéria pode ser deliberada diretamente em Plenário, pulando a etapa da comissão especial. No contexto atual, levar diretamente a matéria ao Plenário pode conferir agilidade.

Seguem os principais pontos do texto extraoficial divulgado pela Agência Infra, com a ressalva de que não podemos confirmar sua procedência. O texto, de 13 páginas, é bastante reduzido em relação ao relatório divulgado informalmente pelo deputado Fernando Filho em 25.02.2022, que tinha 21 páginas:

- Abertura: mesmo cronograma da CP 137, com BT não residencial e rural em 2026 e todos em 2028;
- Abertura da BT sem desconto para fontes incentivadas;
- Em até 24 meses, separação fio e energia de maneira tarifária, contábil e contratual;
- Em até 36 meses, ações de comunicação e regulamentação para aprimorar infraestrutura de medição e faturamento;
- Até janeiro de 2025, regulamentação do suprimento de última instância;
- Encargo de sobrecontratação pago pelo ACR e ACL;
- Encargo de operações financeiras pago pelos migrantes;
- Equiparação do consumidor com demanda igual ou superior a 30 MW ao autoprodutor;



- Participação não inferior a 30% do capital social do acionista autoprodutor em SPE com ações sem direito a voto com direitos econômicos superiores às ações com direito a voto;
- Possibilidade de prorrogação das concessões de distribuição e geração. No caso da geração, 50% do valor da concessão para CDE;
- Concessões de geração, transmissão e distribuição que não forem prorrogadas deverão ser licitadas por até 30 anos;
- Energia de Itaipu comercializada no ACR ou ACL;
- Melhoria dos instrumentos de gestão de portfólio das distribuidoras, incluindo mecanismo de descontratação e trocas bilaterais entre distribuidoras;
- Simplificação da proposta de lastro e energia;
- Exclusão do preço por oferta e bolsa;
- Adoção de garantias ex-ante e chamada de margem passa a ser facultativa;
- CCEE responsável pelo monitoramento das operações, podendo instaurar processos sancionadores, conforme regulação da Aneel;
- Mantém a responsabilização civil de membros da CCEE e administradores dos agentes que gerarem prejuízos por atos dolosos ou culposos;
- A partir de janeiro de 2026, energia de Angra 1 e 2 rateada entre todos os consumidores do país, exceto os de baixa renda.

Energia em pauta – Os deputados aprovaram, na última terça, o Projeto de Decreto Legislativo 365/22, que suspende duas resoluções da Aneel sobre tarifas de uso do sistema de transmissão e de distribuição. De autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), a matéria não teve votos favoráveis dos partidos NOVO e PL. O relator da matéria, deputado Juscelino Filho (União-MA), fez menção ao PL 414 no seu relatório: "Ciente disso, o Parlamento tem buscado soluções para a modernização do setor elétrico brasileiro por meio do Projeto de Lei 414/2021, em vias de ser votado. Este é o espaço que julgamos mais adequado para a revisão das regras sobre geração e transmissão de energia elétrica, que têm enorme impacto sobre a vida dos brasileiros."

Cabe ao Senado o desafio de aprovar a matéria em espaço de tempo disputado neste fim de ano.



Governo de transição começa a ser apresentado – Embora ainda não tenham sido divulgados oficialmente os nomes da equipe de energia, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, começou a nomear integrantes dos grupos técnicos do governo de transição. Guido Mantega, por exemplo, estará no grupo de Planejamento, Orçamento e Gestão. Lula afirmou em entrevista que ao retornar da Conferência do Clima, que está sendo realizada no Egito, começará a pensar na montagem dos ministérios. Veja <u>aqui</u>.



16.11 - Quarta-feira: Fórum do Gás se reúne para discutir a proposta do Pacto Nacional para o MME, às 14h;

Abraceel se reúne com a Absolar para discutir ações de comunicação entre as associações, às 15h;

Reunião com Júlio Ferraz, superintendente de Regulação Econômica e Estudos de Mercado da Aneel, para discutir a TS 19 de adequação de PdCs aos novos critérios de autorização dos comercializadores, às 16h.

17.11 - Quinta-feira: Abraceel participa de reunião para apresentação da proposta do Conselho de Usuários de Gás para a Abraget, às 15h.